HISTÓRIA

QUESTÃO 1

ITEM A

Contexto Histórico / Eurocentrismo: O texto foi escrito no primeiro século de colonização, por alguém que estava vivendo contemporaneamente os acontecimentos, mas que não era nativo. Era o olhar de alguém de fora sobre uma determinada cultura estranha a sua. O autor, um português habituado ao mundo mercantil europeu, observava o mundo a partir da Europa de seu tempo. Demonstra acima de tudo um preconceito cultural.

Referências acessórias: pacto colonial / mercantilismo / poder temporal X poder da Igreja / Reforma e Contra Reforma – Companhia de Jesus / transição do feudalismo para o capitalismo.

Noções do Cronista

Religião (F): Para o português, a FÉ estava associada à **religião católica**. O mundo moderno português estava profundamente ligado aos referenciais do catolicismo. No imaginário português, a relação entre o homem e uma divindade fora dos limites do catolicismo era algo inadmissível. Qualquer coisa diferente dos símbolos católicos (Cristo, santos, anjos) que fosse adorada era absurda. Daí a opinião apresentada pelo cronista português com relação aos índios.

Lei (L) Poder / Rei (R): Para o português, a LEI estava associada ao **Estado absoluto** e às leis dele decorrentes. Leis escritas e reguladoras da ação do Estado e da sociedade (burocracia dos Estados Modernos).

Para o português, o governo estava associado à figura de um **rei**, que tomava decisões de forma absoluta e centralizada, que impunha o seu poder aos seus súditos. Cabia ao rei definir o que era direito, legal e justo. A **centralização monárquica** ocorreu em Portugal sobretudo com a dinastia de Avis, sob a qual se inicia o movimento expansionista e colonizador.

ITEM B

Religião: Politeísmo (panteísta/ animista/ totêmicas)

Estudos recentes mostram que, para os nativos, a idéia de religiosidade se expressava nos rituais de adoração à natureza, na pintura para participar dos cultos, nas danças e nas conversas com os deuses, entre outras manifestações. Rituais de passagem.

Lei / Rei (poder) As leis eram estabelecidas coletivamente (pacto coletivo) e formuladas a partir da **tradição oral**. Quem desrespeitava as determinações poderia ser punido.

Para o nativo, a figura de um chefe não significava o poder que impõe. A população é livre para viver e tomar decisões, respeitando os princípios mais gerais, que são decididos

coletivamente em conselhos, nos quais se respeitam as opiniões dos mais velhos. **Conselhos de anciãos e assembléias tribais**.

Elementos Acessórios - Os estudos recentes estão preocupados em entender como vivem diferentes povos. Nesse sentido, é importante destacar que as populações nativas não são homogêneas. Cada povo possui particularidades (diversidade cultural). Todavia, vem-se procurando detectar comportamentos mais gerais que podem identificar os nativos.

QUESTÃO 2

Djalma Maranhão, contemporaneamente ao Movimento de 1964, considerou a ação civil-militar um Golpe contra as liberdades democráticas que existiam no país. O prefeito protestou contra o movimento e conclamou a população a resistir. Isso porque, para Djalma Maranhão, os executores do golpe:

Alinhavam-se aos Estados Unidos, ao imperialismo e ao anticomunismo - Vivia-se um momento histórico caracterizado pela Guerra Fria. Os EUA buscavam consolidar o poder do capitalismo e consideravam qualquer avanço popular uma ameaça à estabilidade do capital, que necessitava ser reprimida. Djalma Maranhão vinculava-se aos anseios das classes menos favorecidas e percebia que os interesses norte-americanos iam de encontro àqueles das classes trabalhadoras. Os executores do golpe eram defensores dos interesses dos EUA no Brasil.

Eram lideranças que não representavam os interesses do povo e da nação - Para Djalma, as lideranças do movimento eram representantes dos interesses do Capital multinacional, do latifúndio e dos EUA. Nesse sentido, o prefeito denominava essas lideranças de forças do antipovo e antinação.

Eram liberais autoritários, partidários da livre empresa e do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro - A política de Jango era favorável à nacionalização das empresas e ao controle da remessa de lucros. Tal política buscava melhores padrões de vida para os trabalhadores nacionais. Djalma Maranhão também defendia uma política em prol dos interesses nacionais, atitude já anteriormente demonstrada em sua atuação como jornalista.

Argumentavam em favor da utilização de medidas de arbítrio para que o Brasil se modernizasse de forma conservadora - Antes mesmo da deflagração do Golpe, alguns militares de alta patente e civis ligados ao grande capital defendiam a necessidade de o Brasil se desenvolver. Tal desenvolvimento estava associado ao aumento da produtividade e da tecnologia, sem nenhuma preocupação com a distribuição de renda.

Desejavam o fim das reformas de base, propostas por Jango - As reformas de base do presidente Jango estavam voltadas para o interesse nacional, o que ameaçava os grandes grupos econômicos internacionais. Diante disso, o Golpe decretou o fim de tais reformas.

Tinham uma tradição de conspirações desde a morte de Vargas - Grande parte dos políticos da UDN e do PSD já haviam participado, em momentos anteriores, de conspirações. Djalma

Maranhão detectava na presença desses políticos uma conspiração golpista. Apenas o PTB e PS ficaram contra o Golpe. Os demais partidos apoiaram o Movimento.

Violavam a Constituição, na medida em que retirava da chefia do Poder Executivo um presidente legitimamente eleito pelo povo. Tal medida desrespeitava a constituição e os interesses da maioria da população que havia escolhido seu presidente através do voto. Djalma Maranhão lutava pela legalidade. Enquanto que os militares usaram recursos ilegais para assumir o poder no país.

Representavam uma ameaça aos programas de alfabetização adotados pelo prefeito, visando à conscientização político-cultural (De Pé no Chão Também se Aprende a Ler / De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão).

Elementos acessórios - Receio de perder o cargo / Prefeito civil / Posição contra o golpe.

QUESTÃO 3

ITEM A)

Problemas fundiários – A partir da década de 1970, atraídas pelos incentivos fiscais, muitas empresas brasileiras e estrangeiras investiram em fazendas para criação de gado, extração de madeira e de minérios na Amazônia, constituindo imensos latifúndios. Além disso, o governo militar implantou projetos de colonização na região com o objetivo de ocupar o território. Agricultores de todo o país foram atraídos para os novos núcleos populacionais aí instalados, porém o Estado não atuou como mediador dos conflitos entre os colonos e os grileiros.

Problemas ecológicos – Ocupação irracional do solo, exploração degradante dos recursos ambientais, queimadas e desmatamentos geraram (e geram) conflitos desde os anos 70 na Amazônia.

Problemas sociais – Invasões dos domínios indígenas por madeireiras, empresas mineradoras e agrícolas geram conflitos sociais. Luta dos índios pela demarcação das terras indígenas. Luta dos seringueiros na década de 70 / 80.

Problemas políticos: a) O Estado e o problema da posse da terra: abertura das estradas para a Amazônia. Falta de assistência do governo federal aos projetos de ocupação da região. b) A omissão do Estado frente à utilização das polícias estaduais para a defesa dos interesses dos grandes proprietários e grileiros. O latifúndio ocupava as terras dos posseiros vizinhos com a ajuda dos pistoleiros e das polícias estaduais.

Aspectos acessórios - Os conflitos de Eldorado dos Carajás, Serra Pelada, Bico do Papagaio, pressões dos grandes proprietários sobre os órgãos do poder (União Democrática Ruralista – UDR); luta do MST pela posse da terra; mobilização de

instituições de apoio ao colono, tais como CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário)

ITEM B)

Não, porque não podemos conceber como democracia fundiária um país no qual aproximadamente 10% da população é proprietária de mais de 85% das terras do país, sendo distribuídos os 15% restantes a 90% da população. Assim, não há democracia em relação à propriedade da terra, pois uma minoria de latifundiários ocupa a grande parte das terras agrícolas disponíveis, mantendo-as improdutivas ou produzindo alimentos para o mercado internacional.

Outros fatores que comprovam a falta de democracia com relação à propriedade da terra são:

- a violência no campo
- a multiplicação de organizações que reivindicam o direito à propriedade da terra, tais como CONTAG, MST, ULTAB, sindicatos de trabalhadores rurais, etc.
- morosidade na reforma agrária
- o Brasil se modernizou e se industrializou, mas não modernizou a sua estrutura fundiária, mantendo as grandes concentrações de terra. É difícil o acesso dos pobres à terra.

Sim. A política agrária do governo, hoje, diferentemente dos anos 70, admite a existência da sociedade organizada, lutando pela terra e, em certas condições, reconhece o direito dos Sem-Terra à propriedade (Terras improdutivas).

QUESTÃO 4

Trabalho geralmente insalubre e perigoso - Fábricas mal iluminadas, sem ventilação e sem condições de segurança e higiene.

Longas jornadas de trabalho e baixos salários - As jornadas de trabalho giravam em torno de doze ou catorze horas por dia. Todos trabalhavam em pé. Não existia descanso semanal remunerado, férias ou qualquer dos direitos trabalhistas atuais. Os baixos salários eram conseqüência da grande disponibilidade de mão-de-obra, em virtude da migração de trabalhadores da zona rural para as cidades.

Trabalho feminino e infantil - Os donos das indústrias contratavam mulheres e crianças, pagando-lhes salários bem inferiores aos dos homens, visando baixar os custos para obter um lucro maior. Na época, era muito comum crianças com menos de 10 anos trabalharem cerca de doze horas por dia. Muitas crianças eram recrutadas nos orfanatos, trabalhando nas mesmas condições dos adultos e correndo o risco de serem mutiladas, por uma simples distração, cansaço físico ou sono.

Rígida disciplina de trabalho - Nas fábricas, os fiscais cuidavam para que o ritmo dos trabalhadores fosse compatível com o das máquinas. Havia um controle extremo sobre todas as atividades, inclusive o tempo para o atendimento das necessidades fisiológicas. Atrasos e faltas eram punidos com multas para os adultos e castigos físicos para os menores.

Fragmentação do processo produtivo - O trabalhador perdeu a noção de totalidade sobre a produção. O processo de produção de um objeto passa por diversas etapas, cada uma delas realizada por um trabalhador. O trabalho era coletivo, porém segmentado, isto é, fundamentado na divisão do trabalho. O exemplo clássico desse procedimento é o da fabricação de um alfinete: um operário se especializa em cortar o arame, outro em deixá-lo reto, outro faz a ponta, um quarto trabalhador coloca a cabeça enquanto um outro faz o polimento.

Monotonia das ações provocada pela divisão das tarefas - O operário faz sempre os mesmos movimentos, repetidas vezes ao longo do dia, o que acaba automatizando as suas ações. Em geral, o trabalho fabril desestimula o raciocínio. A pessoa é levada a brecar sua criatividade para se adaptar aos movimentos repetitivos. Como inteligência e criatividade não podem ser eliminadas, o que acaba acontecendo é que a pessoa é obrigada a reprimir as suas potencialidades, resultando em alienação.

Início do movimento operário - Os operários reagiram às condições de trabalho a que estavam submetidos. Inicialmente, destruindo as máquinas, pois acreditavam que elas geravam os seus problemas; posteriormente, organizando-se em sindicatos para resistirem à exploração de que eram vítimas. Doutrinas sociais (socialismo, anarquismo, social-cristã).

Crescimento das cidades - atraindo os camponeses que, gradativamente, deslocavam-se para os centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho.

Formação de "cortiços" operários - nos quais não havia higiene, lazer e saneamento básico, favorecendo a difusão de doenças e epidemias. Nos bairros populares dos centros urbanos em crescimento, o preço da moradia era alto.

Concentração de riqueza - O aumento da produção sem precedentes na história do homem, devido à mecanização da indústria, teoricamente, deveria proporcionar melhores condições de vida. Mas esse processo, que gerou um volume cada vez maior de riquezas e lucros, determinou, na mesma proporção, o crescimento da pobreza e da miséria nas cidades. Os excluídos do sistema produtivo (desempregados ou sem emprego fixo) viviam em péssimas condições, morando nas ruas; faltava-lhes alimentação, o que os obrigava à mendicância.

Desemprego – A substituição do homem pela máquina, criando um exército de mão-de-obra de reserva.

Elementos acessórios - Ludismo / Socialismo científico / Socialismo utópico / Doutrinas liberais

QUESTÃO 5

ITEM A

ORÓSIO: ressurreição integral da civilização romana - O historiador Paulo Orósio concebe a civilização do Ocidente medieval, mesmo com a presença dos germanos, como uma ressurreição integral da civilização romana. Nenhuma contribuição os povos invasores do Império deram para a civilização emergente. Em sua perspectiva, os germanos eram absolutamente incapazes de obedecer a instituições legais necessárias à manutenção de um Estado.

BARK: fusão dos elementos romanos e germânicos - William C. Bark vê a civilização do Ocidente medieval como uma fusão dos elementos romanos e germânicos, que contrastam e se inter-relacionam de maneira notável. Nem os elementos romanos sofreram uma interrupção abrupta, nem os elementos germânicos foram um fluxo intempestivo. A civilização do Ocidente medieval foi fruto da lenta integração dos romanos com os germanos, no período histórico compreendido entre os séculos V e IX.

O primeiro historiador é contemporâneo aos fatos, apresentando uma visão parcial do processo histórico. Enquanto o segundo elaborou sua visão, tendo como referência uma série de estudos e de documentos sobre o período em questão.

ITEM B

Instituições romanas:

Vilas romanas - Grandes latifúndios que tenderam a tornar-se auto-suficientes na fase de decadência do Império.

Clientela - Estabelecia as relações de dependência entre os indivíduos na sociedade romana; constitui a base sobre a qual se desenvolveram as relações de dependência no mundo feudal.

Colonato - Sistema de trabalho em que o camponês aparece vinculado ao lote por ele ocupado, não podendo jamais abandoná-lo nem dele ser privado por interesse do proprietário. O colonato generalizou-se na fase de decadência do Império, devido ao agravamento das condições de vida do trabalhador livre e à melhoria das condições dos escravos, quando estes passaram a representar altos custos.

Descentralização do poder político - Provocada pela ruralização do Império, o poder central foi se enfraquecendo cada vez mais e acumulando-se nas mãos dos grandes proprietários.

Instituições germânicas:

Economia agropastoril - Trabalhada por homens livres e com a realização de trocas entre as aldeias.

Poder descentralizado - Dada a inexistência de ligações entre as várias tribos germânicas, as relações estabeleciam-se apenas entre o chefe militar e seus guerreiros.

Comitatus - Relação que se estabelecia entre os guerreiros e seu chefe, quando os primeiros prestavam juramento de fidelidade em troca de liderança e participação nos saques.

Direito consuetudinário - Baseava-se nos usos e costumes de cada tribo. Eram leis não-escritas que regiam a vida da comunidade.

Beneficium(us) ou precarium - Entrega de terras a um grande senhor em troca de proteção.